

Iluminismo Industrial

Dr. Eng. Hermínio Duarte-Ramos

No dizer de Brugger, o iluminismo, movimento cultural na Europa dos séculos XVII e XVIII, pretendeu "dominar pela razão a problemática total do homem". Esse princípio superior, dominante e inquestionável, assemelha-se muito às premissas políticas dos governantes das nações: o governo estipula e cada um que cumpra a lei vigente.

Foi assim que aconteceu com o condicionamento industrial, em que certos iluminados escolhiam as indústrias susceptíveis de apoio estatal e as empresas que podiam operar nessas indústrias. Agora estamos a caminhar para o liberalismo desenfreado, sistema económico no qual o mercado é quem mais ordena. Mas a verdade é que cada detentor dos destinos industriais não fogem à regra.

Ora acontece que Portugal constituiu uma pequena economia aberta, com um fraco desenvolvimento industrial em muitas áreas tecnológicas e portanto sujeito à forte influência da importação de produtos estrangeiros.

Põe-se então a questão: deixam-se as poucas empresas portuguesas de um determinado sector, por exemplo, da indústria de iluminação, entregues às leis agressivas do liberalismo, ou cumpre (ao governo) estabelecer medidas que defendam contra a primazia das importações e a consequente absorção dessas empresas por capitais estrangeiros?

Perante este dilema, um governo responsável não pode deixar de actuar com uma certa dose de iluminismo, pelo menos enquanto o desenvolvimento tecnológico dos sectores carenciados não atingir um nível competitivo sem reboço. De contrário, as excepcionais margens de comercialização dos produtos importados, sem concorrência nacional possível, irão traduzir-se em subsídios para os industriais estrangeiros.

Este pensamento genérico aplica-se perfeitamente ao sector da

iluminação eléctrica. Existem várias empresas portuguesas dedicadas à produção nos múltiplos segmentos do mercado: luminárias, projectores, postes, condutores e cabos, caixas e comutadores, sensores e sistemas de controlo. Depois existem inúmeras empresas de serviços de consultoria, projectos, fiscalização de obras e manutenção de instalações.

As tecnologias de iluminação, tradicionais no âmbito da electrotécnica, chegaram a merecer atenção no ensino universitário, ainda que sob o ponto de vista da utilização, mas hoje é tema arredo dos interesses curriculares. Considera-se que essa abordagem tradicional não desperta as preocupações dos jovens. E assim não se acompanha o progresso pelas novas tecnologias.

Esta situação tem, naturalmente, os seus efeitos perniciosos no sector industrial. Mas talvez mais grave seja a descrença dos utilizadores na capacidade produtiva nacional. De facto, o universo de relações está a sofrer uma profunda alteração. A filosofia dos negócios modifica-se com a disseminação do liberalismo económico. E as utilizações dispõem livremente de produtos estrangeiros, que concorrem em condições privilegiadas, pois correspondem à simples expansão dos seus mercados a partir de bases consolidadas por vários anos de avanço infraestruturalmente apoiado.

É este apoio infraestrutural que não temos. A sua criação exige, necessária e insuficientemente, um iluminismo governamental ao arrepio da moda liberalizante, que os governantes têm receio de assumir, com medo de serem apontados como partidários de políticas caducas. Esquecem-se, porém, que os princípios de comercialização agora são mais corrosivos que antigamente para as empresas estruturalmente débeis, que não receberam apoios estruturais.

Além disso, a fusão de empresas provoca a concentração dos mecanismos de aquisição numa central de compras, como é típico o caso da EDP,

dificultando ainda mais a sobrevivência das pequenas e médias empresas industriais portuguesas. Na realidade os utilizadores, no caso concreto dos sistemas de iluminação, atendem sobretudo aos investimentos imediatos, desvalorizando outros factores como a assistência técnica disponível e garantia da eficácia de serviço.

Acresce também o impacto das novas tecnologias. Produto que não se mascare com qualquer sinal ao sabor da moda tem maior dificuldade em penetrar no mercado, por muito eficiente que seja. O desenho moderno conta bastante na conquista de posições mercantis. Mas para inovar torna-se indispensável investir na modernidade, através de recursos humanos competentes, à custa de reorganizações eficazes, por meio de investimentos de risco.

Nesta perspectiva, a iluminação eléctrica constitui uma área de elevado interesse estratégico. Na realidade a sua enorme utilização na moderna sociedade tecnológica enriquece o significado da conservação energética pelos sistemas de iluminação mais eficientes, tanto em materiais como em tecnologias ou critérios de engenharia.

Infelizmente, a atitude do Ministério da Indústria e Energia não parece englobar a iluminação artificial no conceito das indústrias estratégicas. Se, por um lado, as empresas de iluminação em Portugal não se movimentaram para ganharem um suporte infraestrutural adequado aos tempos actuais, por outro lado, no quadro político nada se fez de valioso para activar o sector. Mas há muito a fazer de valioso para activar o sector. Há muito a fazer e que merece ser feito.

No fundo basta um pouco de iluminismo ministerial, ao nível do incentivo estratégico industrial, que excite os empresários e profissionais de iluminação. ■